

5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA
SESSÃO REALIZADA NO DIA 3 DE FEVEREIRO DE 2022

ATA NÚMERO SEIS

10 Aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, teve lugar a Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa o 1º Secretário, José Manuel de Almeida Couto, e a 2ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Moraes e Sousa.-----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Ana Luísa Ferreira, Andreia Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Dália Miranda Eira, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim António Dias Tavares, Joaquim César Ramos Rodrigues, Joaquim Sousa Rocha, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria 20 Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo, Maria José Gamboa Campos, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Soares Gonçalves, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Serafim Silva Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Vítor da Silva Pereira Canastro, Carla Maria Rodrigues Costa, Joaquim Moreira Barbosa, José Fernando Santos Almeida, Jorge Miguel Félix Pinto 25 Espanhol, Luís Miguel Nogueira, João Emanuel de Gouveia Martins, Luísa Maria Porto Ferreira da Silva, André Araújo Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira. -----

Faltaram os seguintes deputados municipais: Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Dalila Félix da Rocha, João Paulo Moreira Correia que 30 justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Alexandra Amaro, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Sérgio Francisco Baptista, Paulo José Melo Martins, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Júlia Dorinda Sampaio e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Pedro Petiz de Castro Viana. -----

35

5 Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo e os Senhores Vereadores: Marina Raquel Lopes Mendes, Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalho, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Correia, José Joaquim Cancela Moura. ----
10 Estiveram ausentes os senhores Vereadores, José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. -----

Ponto 2 - Leitura, Discussão e Votação de Atas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 2, de 18 de novembro de 2021. -----

15 **Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Júlia Dorinda Sampaio, Pedro Petiz, Cipriano Castro, Alexandra Amaro, Sérgio Francisco Baptista, Dalila Félix Rocha, Filinto Lima e Tiago Braga.** -----

Ponto 3 – Período de “Antes da Ordem do Dia”. -----

20

Senhor Deputado Joaquim Barbosa (PSD) deixou um alerta e um pedido de correção, relativamente aos documentos distribuídos no que diz respeito às Certidões, no ponto 4.1 em que na Certidão é mencionado que foi votado por maioria e depois não vem mencionado o sentido de voto dos vereadores do PSD, no 4.4 há um erro que diz que foi votado por Unanimidade quando na realidade os vereadores PSD abstiveram-se.

25 **O Senhor Presidente da Mesa,** referiu ter tomado o devido registo da indicação do senhor deputado. -----

Senhor Deputado Jorge Pereira (CH) apresentou uma Recomendação para a Construção de Monumento do Concelho de Vila Nova de Gaia em Homenagem aos Antigos Combatentes de Ultramar, conforme documento em anexo (Vide anexo nº1). -----

30 **Senhor Deputado Pedro Ribeiro de Castro (PAN)** apresentou uma Recomendação de alteração ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública do Município de Vila Nova de Gaia, quanto “Alimentação de animais na via e demais lugares públicos”, conforme documento em anexo (Vide anexo nº2).-----

Senhor Deputado João Martins (BE) apresentou uma Proposta relativamente ao Transporte Fluvial, conforme documento em anexo (Vide anexo nº3). -----

5 **Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)** apresentou uma Proposta de Recomendação para os Cuidados em Saúde Mental, conforme documento em anexo (Vide anexo nº4). -----

Senhor Deputado André Araújo (CDU) deixou diversas considerações relativamente a Mobilidade e Transportes no Concelho de Vila Nova de Gaia, conforme documento em anexo (Vide anexo nº5). -----

10 **Senhor Deputado João Paulo Silva (PS)** fez uma intervenção de cariz político focando-se um pouco nos resultados eleitorais, quer a nível nacional, quer a nível do Concelho de Vila Nova de Gaia, cujos resultados demonstram hegemonia do PS, conforme documento em anexo (Vide anexo nº6).-----

15 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** começou por responder a um email de uma munícipe, uma vez que ainda não é possível ter Público presente e esperando que o seja brevemente, a questão em causa diz respeito ao CAL de Avintes, Centro que foi criado para dar resposta a um processo de profissionalização e formação profissionalizante de pessoas com deficiências. Uma mãe questiona a forma como a filha pode ter acesso, é simples, através dos serviços da autarquia é feito um diagnóstico para entenderem se é esse o enquadramento certo. Temos alguns projetos e respostas, nem sempre profissionalizantes, mas pelo menos respostas envolvendo atividades, aperfeiçoando competências e na esperança de que isso depois se traduza em resposta profissionalizantes, para terminar, aconselha esta mãe a fazer a inscrição. Relativamente às intervenções dos senhores Deputados, não se envolve na discussão política feita. No que concerne a autarquia, começando pela Proposta do senhor Deputado do CH, cria uma limitação, se pudesse votar, votaria favoravelmente, mas lembra que o município de Vila Nova de Gaia desde 20 há muitos anos, cerca de 30 anos, tem vindo a manter uma tradição de evitar coisas municipais, concelhias, e de multiplicar homenagens de base local em diferentes freguesias, dando como exemplo a freguesia de 25 Avintes que tem o monumento aos antigos combatentes, Oliveira do Douro que tem a sede da respetiva Associação. Deixou ainda, alguns comentários, referindo que os antigos combatentes merecem uma homenagem por aquilo que eles significaram de violência simbólica sobre eles próprios, de obrigação de prescindirem, em muitos casos, de uma vida, por um Regime totalitário, territorial e de extrema-direita. No que diz respeito ao transporte fluvial, apesar de ser uma intervenção de grande profundidade, não pode 30 deixar de focar que a proposta o põe em posição difícil, seria uma intervenção para a Assembleia da República, não podendo dizer mais do que solidarizar-se com a proposta apresentada, deixando alguns comentários à referida Proposta. Relativamente ao senhor Deputado Fernando Almeida, começou por referir subscrever o que disse, acontece que não consegue acompanhar a solução proposta, acompanha a necessidade, a importância da situação, as questões da saúde mental nunca foram tão importantes como 35 hoje, mas de acordo com a Lei o rácio para este domínio da psiquiatria é de dez camas por cada 100 mil habitantes, Vila Nova de Gaia tem 28 camas, há um défice de 2 ou 3 camas. Disse, estar previsto no PRR um 1,5 milhões de euros para um aumento de 1500m2 de construção e a criação de mais 10 camas o que alavancará para 34 a 38 camas. Deixou ainda alguns esclarecimentos relativamente a esta questão,

5 reforçando ao senhor deputado, que as 10 camas adicionais estão inscritas no PRR e 1500m2 de construção
específica para este domínio. Quanto ao senhor deputado da CDU, a parte política que coloca, são domínios
de discussão política que não irá discutir. Disse, registar como positiva a evolução que o senhor deputado
teve, quando se tratou do dossier da intermunicipalização dos STCP o que a CDU dizia é que votava contra,
hoje teve uma afirmação que as Câmaras Municipais tinham um papel fundamental a desempenhar nos
10 transportes, deixou ainda alguns esclarecimentos adicionais, nomeadamente, no que concerne os modelos
de transporte coletivo pela europa fora, que são intermodais e, o Projeto do TGV, incluindo a estação
intermodal em Santo Ovídio. Relativamente à Proposta do senhor deputado Pedro Ribeiro de Castro, merece
da parte do município todo o interesse e disponibilidade, sabendo que é uma proposta que diz respeito a
uma dimensão regulamentar, que é fácil de fazer, e a uma dimensão operacional que o senhor deputado
15 sabe que é muito difícil de fazer, paulatinamente passo a se chegará lá. Deixou ainda alguns considerandos
relativamente às consequências do ponto de vista operacional dessa Proposta. -----

Senhor Deputado André Araújo (CDU) referiu que a avaliação que se faz da valência de uma ou outras
propostas é eminentemente política. Esclareceu, que na sua intervenção não se referiu ao TGV, quando se
referi no quadro da nova linha das Devesas referia-se à nova linha de Metro, pretendendo que não fosse
20 criada uma nova “Trindade” em Santo Ovídio. Disse, que a intermodalidade é fundamental, mas não deve
ser feita apenas na criação do centro em Santo Ovídio. -----

Senhor Deputado João Martins (BE) no uso da palavra, disse que quando o senhor Presidente referiu o
sentido retrógrado da Proposta do BE, não observou o que era realmente importante, nesse sentido, o
estudo da orografia e dos caudais são realmente importantes, nesse sentido aquilo que de facto está em
25 questão é a geomorfologia fluvial do Rio Douro, e de facto tem que se ter conta essa situação.-----

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD) começou por se congratular que o ponto de vista do PSD e o
expresso pelo senhor Presidente ser exatamente sobreponível, a única diferença é que cometeu um lapso,
por falta de conhecimento, o que acontece é que os doentes do CHVNG não vão todos para o Magalhães
Lemos, os doentes com necessidade de recorrer à urgência metropolitana, recorrem ao Hospital de S. João
30 de onde, os doentes de Vila Nova de Gaia, são transferidos para o Hospital Magalhães Lemos, e só depois os
que entraram pela urgência são transferidos para o CHVNG. Na sua intervenção não falava nestes doentes,
mas sim nos que estão internados no CHVNG e depois têm necessidade de ir para outra instituição, ao
contrário do que o senhor Presidente disse, esses doentes não conseguem ir para o Hospital Conde Ferreira
porque está cheio, ou outro, porque estão cheios, já estão a ser enviados doentes para Condeixa, este é um
35 problema que se vai manter. A terminar, disse que esta Unidade de Cuidados Continuados Integrados de
Saúde Mental, destinado a doentes crónicos, é uma necessidade que vai ser irreversível. -----

5 **Senhor Deputado Pedro Ribeiro de Castro (PAN)** disse que esta questão é muito complexa, que não será solucionado com o abate, ou mesmo com a adoção ou com as esterilizações em massa, que ainda não se fizeram e são fundamentais, tem que haver uma abordagem multifacetada. Disse ser necessário regulamentar a canicultura, e deixou ainda diversos esclarecimentos sobre esta temática tão complexa. -----

10 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** relativamente ao TGV, pretende saber então o que a CDU pensa sobre o TGV e a sua interceção em Santo Ovídio, pois, teremos muito mais que uma “Trindade”, deixando mais alguns esclarecimentos. Quanto ao senhor deputado Pedro Ribeiro de Castro, percebe o que diz sobre a questão regulamentar, o município está muito disponível para essa proposta, já discutida no Mandato anterior, dada a imensidão do município de Vila Nova de Gaia, a situação extraordinária da multiplicação de matilhas, entre outros, é fácil regulamentar não se consegue garantir que
15 seja fácil pôr em prática no imediato. Quanto à política de abate, obviamente merece alguma reflexão, a Lei já foi alterada, há oportunidade de perceber se não haverá necessidade de fazer alguns ajustamentos a essa alteração, que do seu ponto de vista há essa necessidade, deixa alguns considerandos. Relativamente ao senhor deputado Fernando Almeida, os esclarecimentos que prestou foram baseados nas informações prestadas pelo senhor Presidente do Conselho de Administração. Disse, continuar a apostar no apoio
20 domiciliário como estratégia, não querendo repetir que o enfoque do município é claramente as obras e encerrar o processo, transferir todas as especialidades para o “Monte da Virgem” e localizar no Pólo II uma Unidade de Cuidados Continuados integrada, onde a questão da saúde mental possa ser uma das especialidades. Quanto ao senhor deputado João Martins, não consegue identificar na geomorfologia do Rio Douro e das encostas nenhum obstáculo ao anfíbio, deixou ainda esclarecimentos adicionais. A terminar,
25 disse não pode aceitar que digam que o anfíbio é uma solução desajustada e a seguir fala do barco a vapor em 1915, tendo deixado alguns esclarecimentos.-----

O senhor Presidente da Mesa disse haver uma solução, no quadro da discussão da Proposta do BE, numa próxima Reunião, trazer uma nova Proposta que permita concretizar o que acabou de falar com o senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

30

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que foi retirada da votação, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do BE, relativamente ao Transporte Fluvial.-----

Senhora Deputada Paula Baptista (CDU) disse que integrado naquilo que foi a proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, propõe que a ideia de um Monumento Municipal traria um número de preocupações,
35 até na própria elaboração do monumento. Disse ainda, que seguindo esta lógica do Monumento Municipal

5 com um carácter pedagógico, a “exaltação do amor a Portugal”, para ser substituída pelos valores e aquilo que de facto aconteceu. A terminar, considera que se o texto em si for alterado terá a aprovação da CDU.---

Senhor Deputado Jorge Pereira (CH) disse que “exaltação do amor a Portugal” não tem necessariamente de estar inscrito no Monumento, essa frase, é uma frase do Monumento principal da Liga dos Combatentes que se encontra em Lisboa. Considera, que esta proposta, a criação deste Monumento não tem que ser politizada,
10 a proposta do senhor Presidente, está a ser politizada, é um monumento que tem que ser de homenagem a militares e livre de qualquer referência política.-----

O Senhor Presidente da Mesa, propõe que se estabeleça a “Recomendação”, a mesma seja retirada e revista na Conferência de Líderes e voltar numa próxima Reunião para ser votada. -----

15 **O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do PAN, “Alteração ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública do Município de Vila Nova de Gaia”.** -----

**Votação: Aprovado por Maioria, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do CH) e 01 voto
20 contra do IL.**-----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, “Cuidados em Saúde Mental”. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

25 **Ponto 4.1. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais”.** -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o
30 **Ponto 4.1.**-----

Votação: Aprovado por Maioria, com 43 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 do CDU, 02 do CDS, 01 do PAN, 01 do IL e 01 do CH) e 05 abstenções do PSD. -----

5 **Ponto 4.2. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Aprovação do Mapa do Fluxo de Caixa (Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração de desempenho orçamental)”.

10 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.2.

Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS e 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 do CDU, 01 do PAN, 01 do IL e 01 do CH) e 02 abstenções do CDS).

15 **Ponto 4.3. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Proposta de Oferta Pública de aquisição de imóveis para implementação de projetos no âmbito do investimento RE-C02-I01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação”. Aprovar a decisão de contratar; Aprovar o Edital do presente procedimento; Autorizar o cabimento da despesa inerente ao edital, no valor de € 70.000.000,00 (setenta milhões de euros), de acordo com a Rubrica Orçamental 2022|17 e com a seguinte repartição plurianual: Ano 2022 - € 15.562.500,00 (quinze milhões, quinhentos e sessenta e dois mil e quinhentos euros); Ano 2023 - € 41.500.000,00 (quarenta e um milhões e quinhentos mil euros); Ano 2024 - € 10.375.000,00 (dez milhões, trezentos e setenta e cinco mil euros); Ano 2025 - € 2.562.500,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil e quinhentos euros).

25 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** deixa como nota informativa que esta Proposta já veio à Assembleia Municipal, fechada essa discussão, avançou para o processo de cabimentação. os critérios desta fase decorrem basicamente em dois trilhos paralelos, por um lado, a aquisição de habitação construída de raiz para arrendamento acessível, por outro lado, aquisição no mercado de habitação pré-existente e a ser alvo de reabilitação, para o mesmo efeito. Deixou, ainda, os devidos esclarecimentos sobre este ponto aos senhores deputados.

30 **Senhor Deputado Pedro Petiz (IL)** sublinhou dois aspetos deste ponto, o escrutínio da execução deste Plano, como consta deste documento, é afirmado que a Comissão Técnica do Município procederá a uma vistoria final às obras e será reduzida a escrito, no entendimento do IL, este documento é particularmente relevante pois irá permitir ao município se a obra está conforme ao contratado, ou se deve resolver o contrato e/ou exigir uma indemnização. Face à importância essencial destes documentos escritos o IL interroga se o

5 executivo Municipal irá enviar os documentos a esta Assembleia, para que esta proceda ao escrutínio da
execução deste programa. O segundo ponto prende-se com os requisitos subjetivos dos candidatos em
molde de apresentação de Propostas, verificaram que não é exigido que as pessoas coletivas que se
candidatem juntem a sua declaração de registo beneficiário efetivo, nos termos da Lei 89/2017 no artº 37 a
omissão desta declaração inibe qualquer sociedade de celebrar contratos de empreitada ou a aquisição de
10 bens com autarquias locais, interroga se já foi ponderado exigir esta declaração às entidades e qual a posição
da Câmara Municipal e do senhor Presidente na inclusão deste requisito em contrato e editais futuros. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues o envio à Assembleia Municipal de todos
os documentos, faz-se em 2 registos, o que por Lei somos obrigados a enviar, tudo o que não se é obrigado
a enviar sempre se esteve disponível a facultar mediante requerimento, deixando os devidos
15 esclarecimentos. Neste caso em concreto as Atas que o senhor deputado referiu não são obrigatória e não
têm que vir à Assembleia Municipal, serão remetidas à Assembleia Municipal a título de conhecimento,
sempre que os senhores deputados o solicitarem. Lembra, que apesar de não ser obrigatório o envio à
Assembleia Municipal estes documentos são públicos. Deixou ainda diversos esclarecimentos ao senhor
deputado relativamente aos contratos de empreitadas. -----

20

**Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à
votação o Ponto 4.3.**-----

Votação: Aprovado por Unanimidade.-----

25

**Ponto 4.4. da Ordem de Trabalhos) “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao
Procedimento Administrativo conducente à Contratação de um Empréstimo de Curto Prazo (até ao
montante de € 7.500.000,00, (sete milhões e quinhentos mil euros)), na modalidade de conta corrente, nos
termos do disposto nos artigos 49º e 50º, ambos da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro – Proposta de
30 Adjudicação ao BPI, S.A.”.**-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse estar-se a votar é um contrato de
empréstimo a curto prazo, que ao longo dos últimos 50 anos é contraído no final de cada ano e depois votado
no início do ano seguinte, para liquidez de tesouraria dos municípios que dada a organização que subsiste na
35 Lei das Finanças Locais tem o seu primeiro encaixe financeiro em finais de maio início de junho. Deixou os
esclarecimentos devidos. -----

5 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.4.**-----

Votação: Aprovado por Maioria, com 43 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN, 01 do IL e 01 do CH) e 05 abstenções do PSD.-----

10

Ponto 4.5. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Empreitada de Reabilitação da Fase 5 da intervenção Integrada do Castelo – Santa Marinha”.-----

15 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues referiu apenas que este ponto e os que se seguem são pontos de reprogramação financeira, ficando ao dispor para qualquer questão.**-----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.5.-----

20 **Votação: Aprovado por Unanimidade.**-----

Ponto 4.6. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à repartição dos encargos plurianuais (2022-2025), na rubrica 2015 A 30, relativo ao Concurso Público para aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes do Município de Vila Nova de Gaia nos seguintes termos:”-----

25

•Ano 2022: Lote A - € 394.829,14 (trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte e nove euros e catorze cêntimos), Lote B – € 407.846,48 (quatrocentos e sete mil, oitocentos e quarenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos), Lote C – € 445.771,68 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e um euros e sessenta e oito cêntimos), Lote D – € 454.278,72 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e setenta e oito euros e setenta e dois cêntimos), perfazendo o valor total para o ano 2022 de € 1.702.726,01 (um milhão, setecentos e dois mil, setecentos e vinte e seis euros e um cêntimo);-----

30

•Ano 2023: Lote A – € 473.794,97 (quatrocentos e setenta e três mil, setecentos e noventa e quatro euros e noventa e sete cêntimos), Lote B – € 489.415,77 (quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e quinze euros e setenta e sete cêntimos), Lote C – € 534.926,02 (quinhentos e trinta e quatro mil, novecentos e vinte e seis euros e dois cêntimos), Lote D – € 545.134,46 (quinhentos e quarenta e cinco mil,

35

5 centro e trinta e quatro euros e quarenta e seis cêntimos), perfazendo o valor total para o ano 2023 de € 2.043.271,22 (dois milhões e quarenta e três mil, duzentos e setenta e um euros e vinte e dois cêntimos);

•Ano 2024: Lote A – € 473.794,97 (quatrocentos e setenta e três mil, setecentos e noventa e quatro euros e noventa e sete cêntimos), Lote B - € 489.415,77 (quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e quinze euros e setenta e sete cêntimos), Lote C - € 534.926,02 (quinhentos e trinta e quatro mil, novecentos e
10 vinte e seis euros e dois cêntimos), Lote D - € 545.134,46 (quinhentos e quarenta e cinco mil, cento e trinta e quatro euros e quarenta e seis cêntimos), perfazendo o valor total para o ano 2024 de € 2.043.271,22 (dois milhões e quarenta e três mil, duzentos e setenta e um euros e vinte e dois cêntimos); -----

•Ano 2025: Lote A - € 78.965,83 (setenta e oito mil, novecentos e sessenta e cinco euros e oitenta e três cêntimos), Lote B - € 81.569,30 (oitenta e um mil, quinhentos e sessenta e nove euros e trinta cêntimos),
15 Lote C - € 89.154,34 (oitenta e nove mil, cento e cinquenta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos), Lote D - € 90.855,74 (noventa mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos), perfazendo o valor total para o ano 2025 de € 340.545,20 (trezentos e quarenta mil, quinhentos e quarenta e cinco euros e vinte cêntimos),-----

20 **Eduardo Vítor Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** deu nota que o que se está a votar é a repartição de encargos, deixando claro que corresponde a uma percentagem de investimento do município na reabilitação e manutenção de espaços verdes. Há uma outra parte que não esta aqui contida no +procedimento concursal que é a que o município outorga com as Juntas de Freguesia no âmbito dos acordos de execução, deixando os devidos esclarecimentos relativamente a esta situação. -----

25 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.6.**-----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

30 **Ponto 4.7. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Suspensão dos Artigos 10º e nº3 do Artigo 11º do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Públicos, para o ano 2022”.**-----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.7.-----

35 **Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

5 **Ponto 4.8. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Pedido de Prorrogação da isenção do IMI pelo período de 5 anos, do imóvel sito na Avenida da República, nº 126 – Freguesia de Arcozelo, solicitado por Denise Pinheiro Corte” -----**

10 **Eduardo Vítor Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** deu nota que este ponto vem com Proposta de indeferimento, pois foi que aconteceu na Câmara Municipal, e será isso o que será votado. Fomos confrontados com este pedido completamente anómalo, extemporâneo e desajustado, em 7 anos é a primeira vez que tal é solicitado, disse que se tal fosse aprovado se estaria a abrir uma “caixa de pandora” pois todos os munícipes têm o mesmo direito, ou se aplica um critério objetivo para todos e todos têm prorrogação ou decide-se casuisticamente, e quem pede tem prorrogação e quem não pede paga. A política do município é clara, progressivamente vai baixando o IMI. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.8.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

20

O Senhor Presidente da Mesa, deu nota aos senhores deputados que a continuação desta Sessão será dentro de 15 dias e, na 2ª feira anterior será a conferência de Líderes às 18:00h por ter um ponto que não é da Agenda normal da Conferência de Líderes, mas se justifica pela importância do mesmo que tem a ver com a Desagregação das Freguesias. -----

25

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo (Vide anexo nº7). -----

30

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram vinte e três hora e cinquenta e seis minutos do dia três de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Primeiro Secretário da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

35

5

O Primeiro Secretário

(José Manuel de Almeida Couto)

10

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)